

Reunião 31/07/2023

Participantes:

Ana Cristina de Souza, Maria de Fátima (UNAS), Luciana (UNAS); Regina Santana (SMJ); Maria Eduarda; Paula Maria (Secretaria da Saúde) ; Margarete Santos (Secretaria da Fazenda) Thais Rodrigues ( Secretaria de Gestão); Paula ( representante vereadora Luina Zaratini; Vanessa (SMT); Roberta Tasseli (Mulheres do Brasil); Maria Lucia, Adriana Magalhães; Alaide (Secretaria Subprefeitura); Márcia Viotto; Claudia Rodrigues, Rosi Andrade;

A reunião tem início as 17h30 com a segunda chamada tendo em vista o quórum estabelecido.

Ana Cristina informa que foi encaminhado para as conselheiras a ATA da última reunião para conhecimento e a proposição de pauta para a reunião atual, como não houve retorno seguiremos com as pautas anteriores e também submeteremos a aprovação a ATA encaminhada para os procedimentos administrativos posteriores.

Claudia Rodrigues coloca a possibilidade do CMPM se manifestar através de uma carta de repúdio referente ao ato de violência que ocorreu em Belo Horizonte, relata que a mulher estava aparentemente em estado de embriaguez retornando de uma festa e o motorista de aplicativo a deixou na porta de casa. Devido ao estado de aparente embriaguez, em vídeo aparecem dois homens que a pegam, levam para um campo de futebol e a violentam.

Claudia menciona que no dia 01.08 haverá um ato no gabinete do governador e propõe um ato, um comunicado as autoridades, Prefeitura, Câmara Municipal ou ALESP, propondo alguma ação em relação a atuação dos motoristas de aplicativos, objetivando que no caso de identificar alguma usuária em estado de embriaguez deixa-la em um hospital, delegacia ou algum espaço público visando a segurança da pessoa, independentemente de ser mulher.

Ana Cristina pondera que é preciso elaborar melhor tendo em vista os envolvidos e quem sabe o GT de Comunicação pensar em uma maneira de elaborar esta proposta ou propor ao Conselho Estadual da Condição Feminina, como um caminho no âmbito do Estado. Claudia concorda e propõe ficarem com esta questão no radar. Ana Cristina propõe no final da reunião, pensarem em propostas, propõe submeter a aprovação ATA da reunião anterior enviada, a ATA é aprovada para os encaminhamentos administrativos pertinentes.

Thais Barcellos informa que não recebeu o e-mail e ATA, será verificado pela secretaria executiva e Maria Ines Shigekwa informa que estava afastada por motivo de doença e Patricia Godoi em férias.

Ana Cristina segue apresentando a convidada representante do gabinete da vereadora Luna Zaratini, Paula Mazzucchi e coloca que caso tenha algum canal que possa encaminhar a demanda da conselheira Claudia, por favor, fique à vontade.

Ana Cristina apresenta também Maria Eduarda representante da Coordenação de Participação Social da SMDHC, que poderá dar informações e devolutivas sobre o acesso pelas conselheiras que fizeram o curso SEI, sendo que para a criação do login é necessários alguns dados que foram solicitador por e-mail na presente data. No momento a solicitação era somente da conselheira Roberta, caso alguma conselheira tenha interesse enviar por e-mail a solicitação com os dados e justificativa: nome completo, RG; segmento que representa e titularidade.

Adriana Magalhães coloca que a conselheira Adriana Pereira assumiu um cargo no Ministério de Mulheres era representante no GT de Saúde e havia se colocado à disposição para participar do Comitê Eleitoral, e com esta saída houve um consenso entre as conselheiras e quem se colocou à disposição para compor o Comitê é a conselheira Melissa. É submetida a votação e aprovada a integração da conselheira Melissa na Comissão Eleitoral do CPM em substituição a conselheira Adriana Pereira.

Adriana Magalhães questiona se há alguma outra pauta, caso não gostaria de pontuar sobre uma experiência em Campinas referente a campanha publicitária no combate à violência doméstica em relação as mulheres nos pontos de ônibus e quer saber como foi feita esta articulação propondo inclusive um convite a secretaria ou coordenação de Mulheres de Campinas para partilhar esta experiência, colocando que a conselheira Roberta poderia dar maiores detalhes.

Ana Cristina coloca que enquanto Coordenadora de Políticas para Mulheres da Cidade buscou informações com o objetivo de levar esta pauta ao Conselho Municipal de Transporte, porém pela ausência de informações não foi possível apresentar na reunião do Conselho deste mês, solicita que Roberta partilhe as informações que detém.

Roberta informa que foi um projeto piloto entre a Eletro Mídia que é a empresa que detém os espaços de mídia nos pontos de ônibus. Detém algumas informações porque seu irmão pertence a empresa que idealizou o projeto, foi apresentado a Prefeitura de Campinas, que foi uma ação pontual, objetivando parcerias com empresas privadas devido ao custo do projeto. Pensando em São Paulo, poderia ser pensado uma ação intersetorial entre as Secretarias de Transporte e Segurança, tendo em vista a ausência de proteção as mulheres nos pontos de ônibus na cidade, principalmente nas regiões de maior incidência de violência. Irá verificar se já existe algum acordo firmado.

Ana Cristina coloca que no âmbito do poder público é necessário entender quem é o responsável pelas questões que envolvem pontos de ônibus, concessionárias, etc., mas acha viável convidar alguma liderança da Campinas para falar sobre a experiência ou os próprios idealizadores da proposta, propõe que Roberta pela proximidade com os idealizadores busque algumas informações.

A conselheira Vanessa Leal da SMT, faz parte do Conselho Municipal de Transportes, coloca que no dia 11.08 participará da reunião do Conselho para definição de pauta da reunião ordinária, propõe que enviem algum material referente a pauta de segurança das mulheres nos pontos de ônibus, para que possa apresentar com mais consistência na reunião, e levar como proposta de pauta para a reunião executiva. Foi colocado no chat o link para subsidiar Vanessa nestas questões e se coloca a disposição a para receber outros materiais disponíveis para apresentar na reunião.

Marcia Viotto coloca que em relação ao caso de Belo Horizonte colocado pela conselheira Claudia, pontua que em relação as questões envolvendo os aplicativos, Uber, 99 etc., as centrais sindicais tem um GT nacional que também estão discutindo regulamentações destas plataformas em relação aos trabalhadores, mas que poderia ser proposta a inclusão de uma pauta referente a violência contra a Mulher. Coloca que o projeto apresentado em Campinas é muito importante e interessante, que o CPM deveria se inteirar mais destas questões pensando em uma política pública efetiva, em projeto de lei que coloque estas ações relacionadas aos aplicativos como uma política importante no enfrentamento à violência.

Ana Cristina coloca que uma possibilidade é os Gts do CPMO acompanharem esta discussão e trazer os informes, fazer um mapeamento, ou tentar participar de alguma maneira e municiar o CPMO sobre as discussões relacionadas a esta pauta. Ana Cristina coloca que em relação a iniciativa de Campinas, com potencial de coibir a violência é necessário verificar os caminhos para implementar em São Paulo esta ação, coloca que Vanessa traz um caminho ao propor esta pauta na reunião do Comitê de Transportes e Roberta também poderá contribuir com outras informações.

Adriana Magalhães coloca que o GT que Márcia Viotto informa é um grupo que está discutindo a regulamentação de questões trabalhistas dos motoristas e entregadores de aplicativos (UBER, 99, IFood), que neste momento poderia o CPMO propor uma solicitação aos aplicativos para informar quais políticas relacionadas as mulheres, tem certeza que a 99 costuma pedir antecedentes criminais, propõe uma carta do CPMO com indicativos de denúncia, divulgação dos canais competentes como: 180; 156.

A Conselheira Paula coloca sobre a responsabilidade do motorista no caso mencionado de Belo Horizonte, e que em caso de elaboração da carta pensar questões como não isenção de culpa do motorista; omissão de socorro, postura dos amigos que estavam com a vítima quando ela solicita um veículo etc.

Adriana coloca a responsabilidade da empresa com o empregado, e coloca que poderão encaminhar o documento enquanto centrais sindicais, CUT, Sindicato dos Comerciantes (Izabel Kauz), encaminhar carta e questiona se a SPTrans continua com a ação dos motoristas de ônibus que estão autorizados a desembarcar a passageira em local mais próximo de sua residência ou fora do ponto nos horários de pouca circulação de pessoas.

Vanessa informa que não tem esta informação, mas irá verificar e trará retorno na próxima reunião do CPMO.

Márcia Viotto propõe oficializar as empresas UBER e 99 solicitando esclarecimentos em relação a conduta dos trabalhadores em casos como estes: Em casos de prestar socorro qual confuta? Ligar 190, 180? E dependendo da resposta das empresas acionar o Ministério Público. Propõe também através das ATAS verificar quais foram os avanços do CPMO, pois avalia que as reuniões não tem apresentado resultados concretos nas pautas colocadas.

Melissa coloca que se sente contemplada na fala da Adriana porém propõe que na carta a ser enviada as empresas de aplicativos chame a atenção para a orientação que deve ser feita aos motoristas, não omitir socorro, acionar os canais 180, 190, etc. conduzir a vítima a um Pronto Socorro, por exemplo. Objetivando um compromisso da empresa na prestação de socorro.

Fátima concorda com as proposições, porém o poder público através da Secretaria de Segurança também precisa ser acionado para garantir a segurança de mulheres nos espaços e durante os deslocamentos, mas concorda em oficializar as empresas.

Adriana ratifica o envio de ofício para as empresas UBER e 99 a partir do CPMO, e em relação ao caso específico que as empresas orientem seus funcionários sobre as condutas a serem adotadas. E que as respostas sejam compartilhadas com as centrais sindicais, coloca ainda se seria necessário acionar o MP, Ana Cristina pontua que temos um canal direto, o GEVID, caso tenha necessidade.

Ana Cristina coloca que o GT de Comunicação, Roberta, possa pensar e elaborar estes textos, pensar na redação. Encaminhar para ser formatado pela secretaria executiva que encaminhara

para estas instâncias, UBER e 99, solicitando informações sobre as ações, projetos, políticas internas relativas ao assunto, violência contra a mulher e orientações aos motoristas em caso de passageiros(as) que passam mal no veículo. Quais protocolos adotam? Tem capacitações? São obrigados a participar? A partir da resposta a proposta é acionar o MP em um segundo momento, através, por exemplo, do GEVID.

Vanessa da SMT coloca que faz parte de um GT que discute abuso sexual de mulheres no transporte coletivo, fará a partir destas questões um levantamento de todas as ações que estão sendo feitas relativas a esta pauta bem como levar a questão também da proposta da Eletro mídia.

Ana Cristina pontua da importância de a Vanessa fazer este levantamento, partilhar com o CPM.

Adriana para fins e encaminhamento, coloca que o CPM fará a proposta de carta para as empresas, e encaminhará para Ana Cristina para o encaminhamento oficial. Ana Cristina coloca que observando o tramite tradicional, vocês encaminham o texto, formatamos e encaminhamos em nome do Conselho, documento que será registrado no SEI para conhecimento

Roberta relembra o ponto de pauta fixa que é a atualização das ações dos GTs.

Marcia coloca que propôs um balanço das ações efetivas do CPM, uma retrospectiva, que seja feito de forma coletiva para registrar como memória as ações a do CPM a partir das ATAS das reuniões.

Melissa coloque que poucas Comissões de fato realizaram reuniões e é importante um resgate da formação dos GTS, pontua que é importante saber a composição dos GTS, talvez uma preparação para a próxima reunião, propõe lembrar as composições para retomar as ações e atualizar as demais conselheiras.

Ana Cristina pergunta entre as presentes quais GTS participam, não obtendo a informação além da Comunicação e as integrantes dos GTS da Casa da Mulher Brasileira. Ana Cristina partilha a composição dos GTS feita em 2021 e reafirma a necessidade de um resgate das ações propostas, concorda com a proposta de a partir das atas construir a memória do CPM, sendo este um processo coletivo.

Ana Cristina coloca que as conselheiras do GT Casa da Mulher Brasileira são atuantes, que na última reunião foi necessário mudar a pauta tendo em vista o convite para a coordenação e entes da CMB participarem da 1º Encontro Nacional das CMBs ocorrida em 17 e 18/07/2023 Brasília, sendo que com exceção da juíza do TJ as demais titulares dos entes da CMB compareceram. O encontro objetivou conhecer as atuais coordenadoras, entender o funcionamento, discutir pontos como estrutura, governança, fluxo, e o efetivo funcionamento das Casas e tivemos a feliz constatação que a CMB/SP esta funcionando dentro dos parâmetros do Plano de Trabalho proposto, ou seja, com todos os entes atuando no espaço, os contratos firmados para a estrutura necessária.

Nada mais sendo proposto a reunião é encerrada.